

O corpo diplomático português no alvorecer da modernidade.

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho
(UFJF)

Resumo: A presente comunicação tem por finalidade fazer um estudo do perfil dos Homens de Estado que fizeram parte do quadro português de diplomatas em finais do século XVIII e inícios do XIX. Alguns estudos abordam esse tema, dentre eles o realizado pela historiadora Ana Rosa Coclet da Silva que traz a tona os estadistas Luso-Brasileiros no mesmo período. Bem como o estudo prosopográfico dos diplomatas portugueses que também aborda o período aqui mencionado e que foi realizado pelo professor Nuno Gonçalo Monteiro e por Pedro Cardim. Tal estudo abarca o período de 1640 a 1834, mas para este artigo focaremos somente no período em um dos cinco períodos divididos pelos autores, período este, que como já mencionado abarca o fim do século XVIII e início do XIX. Desde o setecentos, o mundo europeu foi influenciado por duas visões paradoxais: o absolutismo e o iluminismo. Muitas foram as monarquias europeias, inclusive de Portugal, que mesclaram as ideias das Luzes com as bases absolutistas. No período foco desta comunicação os diplomatas, em geral, eram herdeiros de um *perfil intelectual* e de uma atuação prática que teve seu início no reinado de D. José I, durante as reformas incitadas pelo Marquês de Pombal. Tais reformas, fortemente influenciadas pelos diagnósticos da situação portuguesa, elaborados a partir da experiência do *estrangeiramento*, buscavam romper o ciclo de “atraso” mental e econômico do Estado Português. Essa experiência do *estrangeirado* orientou a formação do homem público, na medida em que assumia como função a missão de reformar o Estado. Essa geração de intelectuais acreditava na ação transformadora da razão, na sua condição de portadores de uma missão, que seria “o esclarecimento do público e a difusão de “verdades úteis”, capazes de servir ao desenvolvimento das artes e das ciências e, desse modo, impulsionar a sociedade rumo ao progresso”, como bem dito por Ana Rosa Coclet da Silva. A formação desses homens nasceu da necessidade de adequação da ordem social vigente às novas demandas deste século, mesclando a lógica das Luzes aos traços de continuidade do Antigo Regime. É importante ressaltar que o quadro acima mencionado está diretamente relacionado a uma geração formada aos moldes das reformas pombalinas. Mas nem sempre esse foi o perfil do quadro diplomático, nem sempre se teve um quadro diplomático oficial. Diante disso, a intenção nesta comunicação é demonstrar que tais homens foram formados para ocupar altos cargos públicos, dentre eles os relacionados à diplomacia. Além disso, pretende-se ainda demonstrar que em geral, tais cargos eram ocupados por representantes da nobreza portuguesa.

Palavras-chave: Homens de Estado; Diplomacia; Modernidade.

Este artigo tem por finalidade fazer um estudo que abarque o perfil dos Homens de Estado que fizeram parte do quadro português de diplomatas em finais do século XVIII e inícios do XIX. Em um dicionário atual, se encontra o seguinte significado para o vocábulo *diplomacia*: “1. Parte da política relativa às relações exteriores dos Estados. 2. Conjunto das negociações internacionais efetivadas por meio das embaixadas. (...) 4. Habilidade empregada numa conversação ou no tratamento de assunto delicado.”¹ As três definições aqui demonstradas se complementam para pensarmos essa expressão de forma mais completa. Outra explicação sintetiza bem a diplomacia como sendo “um instrumento da política externa dos Estados”,² que compete à negociação internacional.

Já em um dicionário do século XIX, tal termo aparece de forma variada, a expressão *diplomática* possui outro significado. Diplomática, segundo Antônio de Moraes e Silva, é “a arte, ou Ciência diplomática, de entender os diplomas e documentos antigos. A Ciência dos negociadores políticos, e suas etiquetas, e cerimoniais, que é de ofício, estilos, e uso do Corpo diplomático”.³ Apesar da diferenciação entre os dois vocábulos em contextos distintos, podemos perceber que a lógica da diplomacia permaneceu praticamente a mesma, no entanto, o termo diplomacia só passou a ser utilizado em meados do século XIX.

Os pesquisadores portugueses Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro e David Felismino realizaram um estudo prosopográfico que se tornou uma referência sobre corpo diplomático português. Segundo os autores, “a prosopografia apresentou-se como o instrumento que melhor permitiu a reconstituição das trajectórias pessoais dos servidores diplomáticos portugueses, dando-nos, finalmente, uma visão de conjunto.”⁴ Tal estudo abarca o período de 1640 a 1834, mas para este artigo focaremos somente no período em um dos cinco períodos divididos pelos autores, período este, que como já mencionado abarca o fim do século XVIII e início do XIX.

As cinco seções divididas pelos autores são as seguintes; a primeira, trata-se do período de 28 anos após o ano de 1640. O segundo, vai de 1668 a 1706, que perpassou o reinado de D. Pedro II, o terceiro referente ao período Joanino (1707-

1750), o quarto compreende os anos de 1751 a 1777 e por fim, os anos que vão de 1778 a 1834.

O último período é o foco deste estudo visto que é este grupo que participou dos vários intentos ocorridos na virada do século XVIII para o XIX. Sobre isso, o jornalista Hélio Vianna discorreu o seguinte:

*No difícil período histórico que foi o final do século XVIII e primeiros decênios do seguinte, para a passagem das idéias absolutistas e autoritárias do Marquês de Pombal às da Revolução Francesa e do posterior constitucionalismo liberal, contaram Portugal e o Brasil, com toda uma geração de bacharéis, licenciados e doutores saídos da recém-reformada Universidade de Coimbra e de outras da Europa. Foi ela que nos forneceu os estadistas, diplomatas e cientistas (...).*⁵

Antes, porém, de apresentarmos algumas características desse corpo diplomático, acreditamos ser importante apresentarmos o período o qual estamos focando neste artigo. Para Ana Cristina Araújo, a política internacional a partir do século XVIII foi de extrema importância na “evolução das sociedades europeias”.⁶ Sobre a política externa portuguesa no contexto pós Revolução Francesa, a autora diz que esta pode ser dividida em três grandes momentos: o primeiro até o ano 1792 que correspondeu a um momento referente ao temor e a recusa ao perigo girondino. O segundo, num espaço de tempo entre 1792 e 1795, avultou uma tendência extremista e jacobina, em que a península ibérica se preparou devido a uma expectativa de guerra. E por último, um início conjuntural que conduziu a primeira invasão franco-espanhola do território Português, em 1807⁷. Para o desenvolvimento desse projeto levaremos em consideração o último período da divisão feita acima. Percebe-se, portanto, que o advento da Revolução na França foi marcante para os rumos tomados pela política internacional europeia em inícios do século XIX.

Outra obra que permeia essa discussão é de autoria de Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa.⁸ Essa tem como objeto central o estudo da vida e do reinado de D. João VI, desde 1792 até sua morte, em 1826. Sobre a política diplomática portuguesa no período determinado, eles frisam a dificuldade na

manutenção da neutralidade, diante do impasse causado pela concorrência entre as duas potências beligerantes do período, por um lado, a França com quem Portugal havia assinado o real decreto de 26 de novembro de 1807, que deixara a relação entre as duas “sob o signo da ambiguidade”.⁹ Por outro lado, a Inglaterra com quem o governo português mantinha alianças e recebeu a escolta para que a Família Real fosse transferida para o Brasil. A manutenção da aliança com a potência britânica serviu como uma justificativa para as invasões das tropas de Junot em território português. Costa e Pedreira destacam ainda que Napoleão “invocava oficialmente a má-fé e a duplicidade do governo de Portugal”.¹⁰

Focados no processo que culminou na abertura dos portos, os autores Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero organizaram uma coletânea de artigos de autores portugueses e brasileiros sobre a abertura dos portos brasileiros em 1808 às nações amigas, seus antecedentes e consequências. Oliveira¹¹ chama a atenção para as várias designações ocorridas no estado de guerra que pairou sob a península ibérica de 1807 a 1814. Já Ricupero buscou inserir-se na história diplomática, privilegiando, dessa maneira, o estudo de aspectos exteriores examinando tratados. Situando a abertura dos portos no contexto das relações de comércio da Inglaterra com territórios americanos e focalizando a abertura dos portos como uma etapa preponderante pelo qual o Brasil passou de monopólio português a uma “nova modalidade de inserção do Brasil na economia mundial”.¹²

O autor defende que existe uma “síndrome da inevitabilidade” entre os historiadores, quando se trata da Abertura dos portos. Tal síndrome segue um raciocínio em que “se é inevitável que o fato suceda, devido às tendências globais seculares (...) ou acontecimentos imediatamente anteriores(...), não interessa indagar os detalhes, pois eles se daria de todo jeito”¹³. Nesse sentido, segundo Ricupero, deve-se ter um olhar próximo aos acontecimentos, comparando o contexto com circunstâncias ocorridas em outros países.

Por outro viés, Evaldo Cabral de Mello, chama a atenção de que a História de Portugal até 1822, também faz parte da história dos brasileiros. Segundo ele, “Fernão Lopes ou o Mestre de Avis são tão nossos quanto deles”.¹⁴ Em sua obra

Um imenso Portugal, reuniu artigos com diversas temáticas. Mello acredita que a “transmigração da Família Real Portuguesa” para o Brasil, consistiu primeiro, como um fato inédito e único na história do colonialismo europeu, já que todo o aparato estatal da metrópole se transferiu e se “interiorizou”. Buscando a expressão de Maria Odila da Silva Dias “Interiorização da Metrópole” com a finalidade de caracterizar o movimento que desencadeou, posteriormente, segundo ele, na Independência do Brasil e na criação de seu Estado Nacional. Sobre esse assunto, Mello diz que “O Brasil fez-se Império antes de se fazer nação¹⁵”. Defendendo, dessa maneira, que o contexto internacional que culminou na vinda da família real para o Brasil, fez parte do processo de independência em 1822. Um segundo ponto defendido pelo autor foi o de que uma vez instalados, D. João e seus ministros logo inauguraram todas as instituições indispensáveis para o funcionamento do Governo, sediado na Colônia, e que carregavam consigo todo um simbolismo. Segundo Mello, esses homens souberam potencializar as circunstâncias “(...) transformando hipotecas em ativos, eles souberam capitalizar a marginalização internacional a que Portugal ficara relegado, inicialmente pela ocupação francesa da metrópole, depois, (...), pelo protetorado de fato que a Inglaterra exerceu em Lisboa¹⁶”. Tirando proveito da distância que se encontravam da Europa, para seguir com o tráfico de escravos, principalmente na Guiana e na região do Prata, política que não poderiam pôr em prática caso tivessem permanecido no continente europeu.

Para Amadeu Carvalho Homem, as invasões francesas entre 1807 e 1810 surgiram como resposta de Napoleão a fim de impor a obediência de Portugal ao “bloqueio continental”. Diz ainda que o governo do Império português abriu os portos brasileiros ao comércio externo, sob a instigação da potência Inglesa, o que segundo Homem, representou a ruptura do sistema do “pacto colonial” e o consequente declínio da hegemonia metropolitana¹⁷. Esse autor chama atenção, portanto, para os reflexos da política internacional portuguesa diante de suas possessões coloniais, assim como fez Evaldo Cabral de Mello.

Lilia Schwarcz, por sua vez, compara o panorama europeu em finais do século XVIII, a um jogo de xadrez em que Portugal teria se movimentado

timidamente como uma peça do jogo, e que este teria assumido uma posição bastante peculiar. Diz a autora que Portugal, sustentou enquanto pôde a imagem neutra, por vezes conflitantes, que visou “agradar a todos, sem agradar de fato a ninguém”.¹⁸ Lília faz referência a Fernando Novais para mostrar que a organização do equilíbrio das Relações Internacionais das nações europeias seria pautada a partir dos interesses da França e Inglaterra, que detinham o poder tanto econômico quanto ideológico.¹⁹ A autora concorda que a Revolução Francesa abalou o equilíbrio da diplomacia portuguesa, que acabou se posicionando favoravelmente a Inglaterra, deixando cair por terra, os acertos estabelecidos com a Espanha, e um possível acordo com a França para evitar tais invasões.

Em 1803, o estadista D. Rodrigo de Sousa Coutinho teria, segundo Kirten Schultz, chamado o Príncipe Regente sobre a “situação política” europeia. Na guerra instaurada pelas duas potências, Inglaterra e França, a “independência” da monarquia portuguesa estaria ameaçada. A neutralidade, segundo a autora, estava se mostrando cada vez mais ilusória. D. Rodrigo supunha que no caso de uma invasão nas terras portuguesas o menor dos problemas seria o território lusitano. O problema maior estaria se perdessem o território brasileiro. “Portugal por si mesmo (...) não he a melhor e mais essencial da Monarquia.”²⁰ Neste caso, o estadista propunha que a Corte fosse transferida com intuito de se criar um poderoso império no Brasil.

Podemos perceber através do estudo da política diplomática portuguesa em inícios do século XIX uma tomada de posição inédita da Corte e seus representantes. Se antes a política internacional lusitana pretendia permanecer na neutralidade, depois dos acontecimentos de 1807, esse episódio tornou-se de fato insustentável. Retomando assim, os acordos e as alianças com a Inglaterra.

Diante deste contexto, uma geração de homens formados à Luz da Ilustração ganharam campo após as reformas pombalinas no ensino, especificamente, na Universidade de Coimbra. Tal reforma

*lançou para o seio da governação de d. Maria I, novos tipos de intelectuais ilustrados com fortes pretensões administrativas, que concorriam com a nobreza de corte, detentoras tradicionais dos principais postos diretivos do reino.*²¹

Deste grupo de intelectuais ilustrados fizeram parte homens que nasceram, em parte, em meados do século XVII. E que Vivendo na fronteira entre o antigo e o moderno, defendendo ideias que mesclavam estas duas proposições paradoxais e que buscavam a manutenção do absolutismo através de pressupostos ilustrados.

As trajetórias dos homens que representaram a corte podem ser vistas, segundo a percepção de Ilmar Rohloff de Mattos, como:

*Trajetórias que reafirmavam a cada instante uma conduta organizada com o objetivo de atingir finalidades específicas, mas que não deixavam de manifestar limitações e constrangimentos de diferentes tipos. Trajetórias reveladoras tanto de projetos políticos quanto da trama de interesses em que se inseriam..*²²

Acredito que o elemento chave para esclarecer tais trajetórias pode ser encontrado no que ficou conhecido como Absolutismo Ilustrado.²³ O monarquismo podia ser um símbolo de fidelidade à monarquia lusitana de uma geração de homens formados para administrar um Estado que buscava sua secularização e racionalidade.

A carreira diplomática, durante o Antigo Regime, foi mudando seu perfil de acordo com o passar do tempo na Europa e, mais especificamente, em Portugal. O mais importante cargo era o de embaixador, que poderia ser de caráter ordinário ou extraordinário. No primeiro caso, eram enviados para missões permanentes, enquanto para missões especiais, com uma menor duração, eram enviados os embaixadores extraordinários. Poderia acontecer, no entanto, de dois embaixadores serem enviados a uma mesma missão, um ordinário e outro extraordinário, mas o mais interessante nessa perspectiva é perceber que o que realmente importava era que a representação da Coroa Portuguesa estivesse em seu mais alto nível de negociação. Contando, dessa maneira, de forma tanto quantitativa como simbólica.²⁴

Devido a isso, em geral, o corpo diplomático português era formado por pertencentes a fidalgos do primeiro plano da nobreza. Até porque a Coroa Portuguesa deveria ser representada da melhor maneira possível. Os representantes de “segunda ordem” eram os ministros plenipotenciários, que eram enviados por Portugal em negociações internacionais.

Segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, os mais altos cargos da administração do Império Português eram atribuídos a homens da nobreza. Em Portugal, sempre existiu “uma estreita ligação entre o desempenho dos ofícios superiores da monarquia, (...), e a correspondente remuneração em concessões régias”.²⁵ A nobreza de Portugal seria ocupante dos cargos importantes do Estado, entre os quais, as comissões diplomáticas.²⁶

Por sua vez, O envio às embaixadas demonstrava o prestígio que o diplomata, embaixador tinha em relação à corte. Muito embora seja consenso que a maioria dos diplomatas era de origem nobre de alta qualidade de nascimento, muitos não o eram e conseguiram galgar elevadas posições de acordo com os serviços que eram prestados à corte, demonstrando, dessa maneira, como as regras tradicionais se tornavam mais frouxas neste contexto.²⁷

Outra característica inerente à carreira diplomática neste contexto está diretamente relacionada à hereditariedade. Como exemplo disso, podemos citar a família Sousa Coutinho, muitos membros desta família atuaram na diplomacia portuguesa. Exemplo desta manutenção dos poderes nas mãos da nobreza a substituição de D. Rodrigo Sousa Coutinho por D. Domingos Sousa Coutinho na corte de Turim, em 1796. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, pai de D. Rodrigo e de D. Domingos, assim como Luís Pinto de Sousa Coutinho, e D. Vicente de Sousa Coutinho também ocuparam cargos relevantes no Império e na diplomacia portuguesa.²⁸

Sobre os diplomatas neste período devemos levar em consideração que diferentemente de outras épocas, eles passaram a ter uma formação para este fim.

Nesse período, a Universidade de Coimbra que passava pelas reformas dirigidas pelo Marquês de Pombal, as quais fizeram cair por terra as orientações pedagógicas da escolástica, que, por sua vez, foram substituídas pela predominância de um Estado Laico, era uma referencia na formação destes homens. Foi na Universidade de Coimbra que se formou toda uma geração de Estadistas em finais dos setecentos.²⁹

Após as reformas de 1772, os estatutos da Universidade de Coimbra ficaram reunidos em três livros, sendo que cada livro dizia respeito a um curso: o livro I era direcionado ao curso de Teologia; o livro II era direcionado ao curso jurídico, enquanto o terceiro era direcionado ao curso de Medicina. Interessa aqui destacar o Livro II, que regulava os cursos jurídicos de Leis e Cânones. Para entender um pouco mais sobre a importância deste estatuto para a Universidade de Coimbra, resgato um trecho de Guilherme Camargo Massaú:

*Os Estatutos constituíam-se em Lei, ou seja, não eram um mero regulamento interno da Universidade; muito das regras ditadas pela letra do texto devem ser observadas na prática, inclusive dos Tribunais. Mesmo sendo uma Lei, os Estatutos assumiram uma posição de tecer peculiaridades, minúcias (mesmo constituindo costumes) em suas regulamentações (ESTATUTOS, 1972); isso explica a falta de liberdade do professor em seu ensino, pois, além de dispor a metodologia a ser utilizada os Estatutos regulam (explicativamente) a forma e os passos que o professor deve seguir em todas as cadeiras, prescrevendo o que e como deveria ser ensinado.*³⁰

Embora não fosse exclusivo, os diplomatas portugueses, em sua maioria, se formavam no curso jurídico da Universidade de Coimbra. Este era dividido em Cânones e Leis.³¹ Aqueles que o cursavam buscavam uma carreira que proporcionasse prestígio social e que abrisse as portas para o ingresso nas carreiras do Estado.

Além disso, segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, um edital lançado no dia 9 de setembro de 1758 tinha como objetivo a hierarquização dos vassallos que estariam divididos em plebeus, nobres, fidalgos da Casa Real e titulares. Alguns anos depois, em 1761, definiu-se que a “principal nobreza dos (...) reinos”

³² seria composta de pessoas que possuísem Foro de Moço Fidalgo para cima e aqueles que possuísem também bens vinculados à Coroa e Ordens, que juntos deveriam exceder o montante de três contos de réis anuais.³³

Dessa forma, podemos concluir que tal grupo que atuou neste período conturbado para a diplomacia portuguesa tem uma formação para este fim, baseado principalmente nos novos ideais que perpassaram a transição de um mundo antigo para o moderno.

¹ Academia Brasileira de Letras. Dicionário escolar da língua portuguesa. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. p. 445.

² MATHIAS, Leonardo. A arte da negociação. In: *Revista Negócios Estrangeiros*. Lisboa, nº 9, vol. 1, mar./2006, p. 197.

³ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. p. 620. *Corpo diplomático: Ministros estrangeiros, que residem como Embaixadores, Inviados, Plenipotenciários, etc.* Acessado em: 10/03/2011. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalves, CARDIM, Pedro, FELISMINO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e trajetórias. In: MONTEIRO. Nuno Gonçalves; CUNHA, Mafalda Soares. (ORG) *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*.

⁵ VIANNA, Hélio. *Um diplomata português neto de brasileira*. D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, Conde e Marquês de Funchal.

⁶ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994. p.18.

⁷ Idem. p.29.

⁸ PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dore. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.h

⁹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992. p. 223.

¹⁰ Idem.

¹¹ OLIVEIRA, Luís. Apresentação. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. Ed. SENAC. São Paulo, 2007.

¹² Idem. p.19.

¹³ RICUPERO, Rubens. In: O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 20.

¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. Interiorização da metrópole. In: *Um imenso Portugal*. São Paulo. Editora 34, 2002. p.329.

¹⁵ Idem. p .329.

¹⁶ Idem.p . 332.

- ¹⁷ HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José. (org). In: História de Portugal. Ed. EDUSC, São Paulo, 2001.
- ¹⁸ SCHWARCZ, L. K. M, AZEVEDO, Paulo César de, e COSTA, Ângela Marques da. Op cit. p. 185.
- ¹⁹ Cf.: NOVAIS, Fernando. Apud SCHWARCZ. Op cit.
- ²⁰ SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. p. 37
- ²¹ SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*.
- ²² MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política". Almanack Braziliense, nº1, mai/2005,
- ²³ Entendo o absolutismo ilustrado como sendo a mistura entre as ideias absolutistas, comum às monarquias europeias com, com as ideias ilustradas.
- ²⁴ MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. La *Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, p. 7-40.
- ²⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. p. 505.
- ²⁶ Idem. p. 506.
- ²⁷ Podemos citar, nesse caso, o próprio Antônio de Araújo de Azevedo, Sebastião José de Carvalho e Melo, que, ainda de origem nobre, não haviam nascido em nenhuma casa pertencente à primeira nobreza da corte, mas se tornaram, após se dedicarem à diplomacia, Secretários de Estado, alcançando titulações para suas casas. Neste caso respectivamente, tornaram-se Conde da Barca e Conde de Oeiras, que, posteriormente, recebeu o título de Marquês de Pombal.
- ²⁸ SILVA, Andree Diniz. p. 515. Vol.I.
- ²⁹ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Inventando a nação. *Inventando a nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. p. 53. Segundo a autora, essa geração de Estadistas foi criada para apoiar o aspecto contraditório do governo de Pombal. O surgimento dessa nova categoria de intelectuais seculares trazia a finalidade de reforçar os próprios fundamentos do Estado Absolutista.
- ³⁰ MASSAÚ, Guilherme Camargo. A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra: as alterações no ensino jurídico. In: *Revista Prisma Jurídico*. Vol. 9. Disponível em: <http://www.uninove.br/revistaprisma>. Acessado em: 02/05/2011.
- ³¹ A função dos alunos formados em direito canônico era tratar de assuntos eclesiásticos.
- ³² MONTEIRO, Nuno Gonçalo de Freitas. *D. José*. 1 ed. Rio de Mouro, 2006. p. 187.
- ³³ Idem.

REFERENCIAS

Academia Brasileira de Letras. Dicionário escolar da língua portuguesa. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José. (org). In: História de Portugal. Ed. EDUSC, São Paulo, 2001.

MASSAÚ, Guilherme Camargo. A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra: as alterações no ensino jurídico. In: *Revista Prisma Jurídico*. Vol. 9. Disponível em: <http://www.uninove.br/revistaprisma>. Acessado em: 02/05/2011.

MATHIAS, Leonardo. A arte da negociação. In: *Revista Negócios Estrangeiros*. Lisboa, nº 9, vol. 1, mar./2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política". Almanack Braziliense, nº1, mai/2005

MELLO, Evaldo Cabral de. Interiorização da metrópole. In: *Um imenso Portugal*. São Paulo. Editora 34, 2002.

MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. La *Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, p. 7-40.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*. 1 ed. Rio de Mouro, 2006.

_____. *O Crepúsculo dos Grandes - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

_____, CARDIM, Pedro, FELISMINO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e trajetórias. In: MONTEIRO. Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares. (ORG) *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*.

OLIVEIRA, Luís. Apresentação. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. Ed. SENAC. São Paulo, 2007.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

RICUPERO, Rubens. In: O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 20.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Inventando a nação. *Inventando a nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso- Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822).*

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. p. 620. *Corpo diplomático: Ministros estrangeiros, que residem como Embaixadores, Inviados, Plenipotenciários, etc.* Acessado em: 10/03/2011. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

VIANNA, Hélio. *Um diplomata português neto de brasileira*. D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, Conde e Marquês de Funchal.